

Relações étnico-raciais e educação infantil em debate na produção acadêmica publicada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Autoras:

Rosimeire Costa de Andrade Cruz

Doutora - Faculdade Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada IV da FACED/UFC.

Antônia Fabíola Agostinho de Moraes

Especialista em Educação Infantil - Universidade Estadual do Ceará (UEC). Mestranda em Educação - UFC.

Janaina Monteiro Clarindo

Especialista em Psicopedagogia - Universidade Farias Brito. Mestranda em Educação pela UFC.

DOI: 10.58203/Licuri. 20668

Como citar este capítulo:

CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade; MORAIS, Antônia Fabíola Agostinho; CLARINDO, Janaina Monteiro. Relações étnico-raciais e educação infantil em debate na produção acadêmica publicada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). *Estudos e Tendências da Educação do Século XXI*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 238-254.

ISBN: 978-65-85562-06-5

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um levantamento sobre a produção acadêmica publicada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil (E.I). Resulta de uma pesquisa do tipo “Estado da Arte” e adota como inspirações teóricas os estudos de Silva, Régis e Miranda (2018); Abreu e Mattos (2008), Gomes (2012), dentre outros, além do documento normativo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - DCNERER (BRASIL, 2004a). Dentre os seus resultados foi identificado que: além de ser ínfima a quantidade de trabalho na área de E.I. sobre as relações étnico-raciais, mesmo nos primeiros oito anos após a aprovação das DCNERER - (BRASIL, 2004), essa invisibilidade de pesquisas é proporcional à idade crescente das crianças; a concentração de pesquisas reside no eixo Sul e Sudeste do país; dentre as categorias identificadas nos objetivos e palavras-chaves dos trabalhos, a de maior incidência foram as práticas docentes.

Palavras-chave: Creche. Pré-escola. Inclusão social. Legislação.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como mote central a educação das Relações Étnico-Raciais na primeira etapa da educação básica - Educação Infantil (E.I.) - tomando como foco a repercussão na produção acadêmica brasileira do documento normativo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - DCNERER (BRASIL, 2004b), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 17 de junho 2004. Neste sentido, resulta de um mapeamento de 1.500 teses e dissertações publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as DCNERER (BRASIL, 2004a), destina-se a todas as “instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira” (Art.1º). De igual maneira, o documento publicado também pelo Ministério da Educação (MEC), em outubro de 2004, como parte de seu “compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra” (BRASIL, 2004b, p. 8) e de “eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2004b, p. 5), tem como alvo toda a educação básica (E.B.) e o ensino superior.

A despeito disso, a E.I. é mencionada apenas duas vezes nesta publicação oficial (BRASIL, 2004b), o que também se dá com o ensino médio. O ensino fundamental, por seu turno, tem uma ocorrência de sete vezes. Em conformidade ao que assevera Cury (2008, p. 295), a supremacia da segunda etapa da E.B. rompe com a “visão holística de ‘base’, ‘básica’, em que a Educação Infantil é [concebida] a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento”.

Isto posto, o que indicam as pesquisas acadêmicas sobre as relações étnico-raciais na E.I.? Nesse sentido, o levantamento aqui apresentado propõe-se a responder a seguinte questão: a quase “invisibilidade” da E.I. identificada nas DCNERER (BRASIL, 2004b) também se dá nas pesquisas produzidas nos cursos de pós-graduações *stricto sensu* no Brasil?

O texto encontra-se estruturado em cinco seções: além desta introdução; a segunda seção faz algumas reflexões sobre o contexto político em que foram gestadas e publicadas

as DCNERER (BRASIL, 2004b); a terceira explica o percurso metodológico empreendido no levantamento; a quarta apresenta e tece ponderações sobre o que foi publicado acerca das relações étnico-raciais na primeira etapa da E.B. no CTD da CAPES; e, por fim, a quinta, aponta algumas reflexões sobre os resultados da pesquisa e o seu significado.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO EM QUE FORAM GESTADAS E PUBLICADAS AS DCNERER

É sabido que a lei, por si só, não é capaz de alterar as práticas cotidianas, mormente, aquelas que acontecem dentro dos muros das instituições formais de educação. É emblemática a situação da E.I. no território brasileiro, em que a despeito das conquistas oficiais expressas em regulamentações, documentos oficiais e leis, “o contato com realidades concretas revela que ainda é abissal a distância que separa o cotidiano das instituições dos avanços obtidos nos planos do discurso e da legislação” (ANDRADE, 2007, p.16).

Corroborando com a reflexão sobre as implicações dos dispositivos mandatórios e normativos na prática pedagógica, referindo-se às DCNERER (BRASIL, 2004b), Gomes (2012, p. 105) atesta que “a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista”. Afinal, “a escola [assim como a creche e a pré-escola] não pode ser responsável por tudo, mas deve garantir que a discussão sobre a diversidade que a conforma seja debatida de forma circunstanciada, com vistas a uma educação antirracista e efetivamente democrática” (COELHO; REGIS; SILVA, 2021, p. 19).

Considerando que a ampliação do direito legal à educação, desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), impulsionou a tão “desejada” e ainda não concretizada universalização da E.B.; particularmente, quando se trata de crianças pobres, negras e na faixa etária de zero a cinco anos de idade, as DCNERER (BRASIL, 2004b) potencializam o reconhecimento e a valorização de “conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias” (GOMES, 2012, p. 99) de sujeitos sociais que no plano legislativo conquistaram o direito de adentrar, em condições de “igualdade”, às diferentes etapas da E.B.

É inquestionável que a aprovação das DCNERER (BRASIL, 2004a) representa “um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro e no campo educacional em especial” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

Além disso, ao fomentar, de forma inédita, o debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil e o combate a toda expressão de racismo e preconceito racial dentro de ambientes formais de educação, por vezes silenciada pela crença de que o Brasil é uma democracia racial, as DCNERER (BRASIL, 2004b) criam condições favoráveis para uma “educação que se posiciona publicamente contra o racismo” (SILVA; RÉGIS; MIRANDA, 2018, p.14).

Se o “antirracismo é capaz de impactar a educação e suas políticas desde a Educação Infantil até o ensino superior” (SILVA, RÉGIS, MIRANDA, 2018, p.14), o que dizer da quase ausência de referência à E.I. nas DCNERER (BRASIL, 2004b)?

Desconsiderar a importância da E.I. no combate ao racismo significa tanto ignorar o papel desempenhado por creches e pré-escolas na construção da identidade positiva das crianças negras “enquanto grupo etnicamente singularizado dentro da sociedade plurirracial brasileira” (PEREIRA, 1987, p. 43) como o silenciamento diante do “uso de estereótipos raciais, por meio de apelidos e ofensas, que depreciam e desqualificam os povos negros e indígenas, nas relações entre estudantes de diferentes níveis de escolarização, desde a Educação Infantil” que tem sido evidenciado por diversas pesquisas (SILVA; RÉGIS; MIRANDA, 2018, p.120).

Desta forma, a motivação para fazer esse inventário sobre a produção acadêmica brasileira acerca das relações étnico-raciais na E.I. inspira-se tanto na invisibilidade dessa etapa da E.B. nas DCNERER (BRASIL, 2004b) como na afirmação de Del Priore (2012, p. 4) de que “querer conhecer mais sobre a trajetória histórica [...] das formas de ser e de pensar em relação às nossas crianças negras é também uma forma de amá-las, todas e indistintamente, melhor” (DEL PRIORE, 2012, p. 235).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo “Estado da Arte” que objetiva, através de estratégias inventariantes e descritivas, “mapear e discutir uma certa produção acadêmica em

diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (FERREIRA, 2002, p. 258).

A opção por esse tipo de investigação justifica-se na assertiva de André (2009, p. 43) de que essa espécie de pesquisa é reveladora dos “temas que permanecem ao longo do tempo, assim como os que esmaecem, os que despontam promissores e os que ficam totalmente esquecidos” pela academia. Ademais, empreender um mapeamento de publicações de pesquisas no formato eletrônico, algo que vem se “popularizando” entre acadêmicos desde a década de 2000, “tem propiciado uma visão mais complexa e pormenorizada das redes compostas por comunidades científicas de diferentes áreas” (CAREGNATO, 2012, p.72).

Na realização desse levantamento sobre a produção acadêmica acerca das relações étnico-raciais na primeira etapa da E.B., houve um esforço a fim de que o trabalho não ficasse restrito à identificação das dissertações e teses, mas que após essa primeira etapa - a identificação - fosse possível analisá-las; indicar sua autoria e localização histórico-temporal, os temas de maior e menor recorrência nas investigações e os objetivos almejados por seus autores.

A pesquisa foi realizada exclusivamente no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, escolha que se ancora no fato de que o CTD da CAPES “contém todas, sem exceção, as teses e dissertações brasileiras, posto se tratar de local obrigatório de depósito desse tipo de trabalho” (UNESP, 2013, s/p.), conforme Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2016).

A seleção das publicações identificadas nesse levantamento considerou os 500 primeiros trabalhos de uma lista de: 18.476 dissertações e teses localizadas no site supramencionado, com a utilização dos descritores “Relações Étnico-Raciais” e “Educação Infantil”; 18.284 dissertações e teses localizadas com o uso dos descritores “Relações Étnico-Raciais” e “creche”; e 18.297 dissertações e teses com o emprego dos descritores “Relações Étnico-Raciais” e “pré-escola”.

A análise inicial dos trabalhos considerou a presença dos pares de descritores em seus títulos para que fossem tidos como pertinentes ao mapeamento. Em seguida, foi realizada a leitura de seu resumo com o propósito de identificar tema, objetivo, referências teórico-metodológicas, tipo de investigação e sujeitos envolvidos/ouvidos, resultados e palavras-

chave. Além disso, com o fito de localizar a autoria, o tipo - se tese ou dissertação - e o local de publicação, foi consultada a ficha catalográfica de cada trabalho selecionado.

O QUE REVELAM AS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Considerando o percurso descrito na seção anterior, do somatório de 1.500 trabalhos considerados para a pesquisa feita com os três pares de descritores (500 publicações por cada par), foram localizadas 14 publicações que compuseram o universo de trabalhos cujas análises serão aqui apresentadas. A quantidade de trabalhos publicados por ano e por par de descritor encontra-se distribuída conforme apresentado na Tabela 1.

Chama a atenção na referida Tabela a inexistência de trabalhos identificada sobre o tema nos anos de 2004 a 2012, 2014, 2016 e 2021. É oportuno lembrar, que o período de 2004 a 2012 foi marcado por profundas modificações no campo da EI - 2005 (matrícula obrigatória das crianças de 6 anos no ensino fundamental); 2008 (matrícula obrigatória das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola); 2009 (revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) - o que pode ter mobilizado o interesse dos investigadores e marginalizado o tema em pauta. Esta lacuna pode ser conferida na Tabela 1.

De igual maneira, em 2014, com a aprovação do Plano Nacional da Educação - PNE (BRASIL, 2014) e a conseqüente mobilização para a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular para toda a Educação Básica, o que se concretizou, no caso da EI, em 2017, também há a possibilidade de que assuntos relacionados à sua elaboração e implementação tenha mais uma vez ocupado a agenda dos pesquisadores. Em 2016, com o golpe político que destituiu a presidenta eleita democraticamente e as medidas antidemocráticas adotadas pelo governo que a substituiu, a defesa pela manutenção das conquistas legais da primeira etapa da educação básica muito provavelmente tenha mobilizado os esforços daqueles que se ocupam com os estudos nesta etapa educacional durante os anos posteriores até o mundo ser tomado pela pandemia provocada pela Covid-19. Estas são algumas hipóteses que podem explicar, mas não justificar o silenciamento da EI na produção acadêmica consultada sobre as DCNERER (BRASIL, 2004b).

Tabela 1. Trabalhos publicados, por ano, que versam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - DCNERER (BRASIL, 2004b) na Educação Infantil, no período de 2004 a 2021, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Ano de publicação	Descritores			Total com os três pares de descritores
	Educação Infantil + Relações Étnico-Raciais	Creche+ Relações Étnico-Raciais	Pré-escola + Relações Étnico-Raciais	
2004-2012	-	-	-	-
2013	02	-	-	02
2014	-	-	-	-
2015	01	-	-	01
2016	01	-	-	01
2017	02	01	-	03
2018	-	02	-	02
2019	02	01	-	03
2020	02	-	-	02
2021	-	-	-	-
Total por descritor	10	04	-	14

Quando se considera apenas o segmento creche, a ausência de publicações se dá também nos anos de 2013, 2015, 2016, 2020 e 2021, contexto também caracterizado pelas mudanças referidas nos períodos anteriores. Destarte, a lacuna maior de pesquisas foi identificada na pré-escola. Isto posto, pode-se afirmar que além de ser ínfima a quantidade de trabalho na área de E.I. sobre as relações étnico-raciais mesmo nos primeiros oito anos após a aprovação das DCNERER (BRASIL, 2004b), essa invisibilidade de pesquisas é proporcional à idade crescente das crianças. Quanto menor a criança, maior o número de trabalhos acerca do tema: há quatro publicações relacionadas à creche - que atende crianças de 0 a 3 anos de idade - e nenhuma acerca da pré-escola - que atende crianças de 4 e 5 anos de idade.

Nos anos de 2017 e 2019, conforme indica a Figura 1, houve um discreto crescimento no número de publicações:

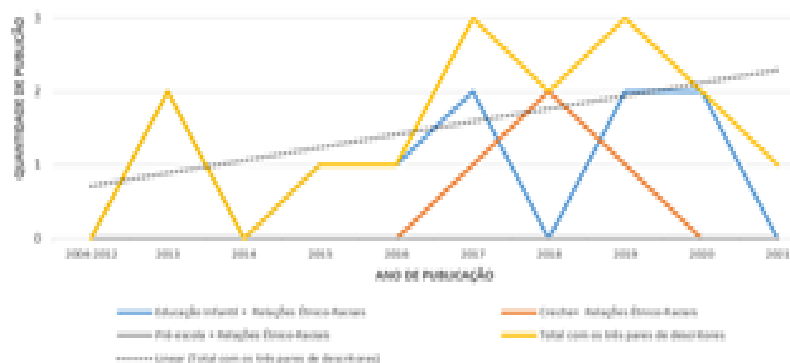


Figura 1. Variação da produção acadêmica sobre as DCNERER (BRASIL, 2004b) no período de 2004 a 2021 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Concentradas no eixo Sul e Sudeste do país, as dissertações e teses identificadas foram defendidas nos seguintes programas de pós-graduação das instituições: Universidade Federal de Santa Catarina (3), Universidade Federal de São Carlos/ SP (4), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2), Universidade de São Paulo (1), Universidade Federal de São Paulo (1), Universidade Federal de Ouro Preto/ MG (1), Universidade Estadual de Campinas/SP (1) e Universidade Metodista de Piracicaba/ SP (1). Deste modo, a predominância dos trabalhos está na Região Sudeste do Brasil (76,9% dos do conjunto de publicações), com destaque para o estado de São Paulo, onde foram identificados sete trabalhos.

Consoante aos resultados da pesquisa realizada por outros pesquisadores, é importante ressaltar que essas desigualdades regionais na produção científica e a “ausência” de investigações nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste estão diretamente associadas à disparidade dos recursos científicos e tecnológicos entre elas e as regiões Sul e Sudeste. Some-se a essa concentração regional, a supremacia do Estado de São Paulo, responsável por 53,84% de toda a produção localizada e das universidades públicas (apenas um trabalho está vinculado a uma instituição privada).

No que se refere ao gênero, observa-se que a autoria prevalecente das dissertações e teses analisadas é feminina: dos 14 trabalhos, somente um foi escrito por um pesquisador do gênero masculino!

No que se refere ao tipo de trabalho, foram identificadas 11 pesquisas de mestrado (dissertações) e três de doutorado (tese), o que corrobora a indicação de Dias et al. (2018, p. 150) de que o universo dessas ainda “é composto por pesquisadoras e pesquisadores

iniciantes”. Desta forma, pode-se “inferir que a produção requer ainda uma certa longevidade entre as pesquisadoras e os pesquisadores para que possamos extrair dela conteúdos mais contundentes” (DIAS et al., 2018, p. 150). Some-se a isso a grande possibilidade desses investigadores, em seus cursos de graduação e pós-graduação, não terem “amplo acesso a bibliografias sobre relações raciais, por meio de disciplinas, [assim] suas produções ficam limitadas às perspectivas teóricas dos seus orientadores /as e grupos de pesquisa” (CARDOSO et al., 2017, p.77).

A partir da leitura das palavras-chaves e dos objetivos gerais do conjunto de 14 trabalhos localizados nesse levantamento, foi possível identificar, inicialmente, 21 categorias temáticas (FERREIRA, 2020). Considerando a similaridade entre os temas como, por exemplo, a compreensão de que as “práticas” docentes são constituídas pelas atividades que constituem o exercício da docência, como o “planejamento”, esses dois temas foram reunidos em uma única categoria. O mesmo procedimento foi adotado com “Brincadeira” e “Culturas infantis”, tendo como mote o pressuposto de que “a ludicidade [incluídas, aí, as brincadeiras] constitui um traço fundamental das culturas infantis” (SARMENTO, 2003, p. 10). Além disso, alguns trabalhos foram classificados em mais de uma categoria por abordar, simultaneamente, em seu resumo e /ou palavras-chave, mais de um tema.

Assim, após esses agrupamentos, chegou-se a um total de 14 categorias, apresentadas, a seguir, na Figura 2, de acordo com o número de ocorrências nas produções.

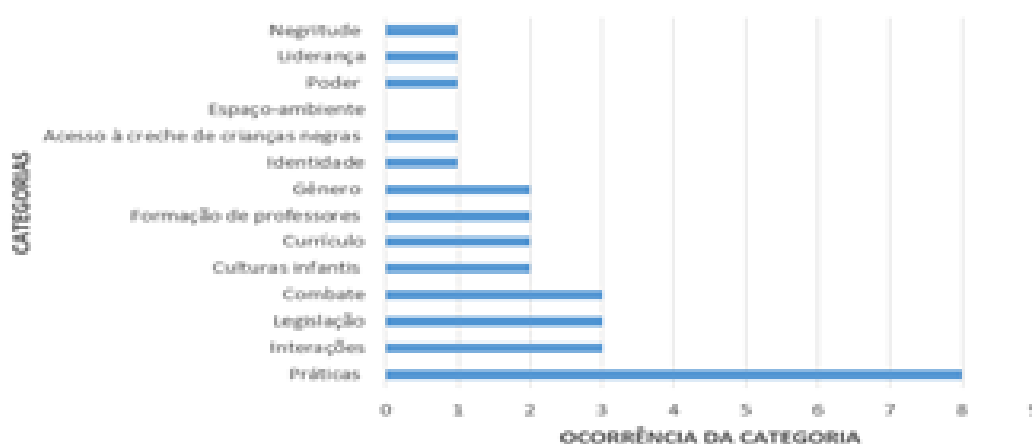


Figura 2. Quantidade de categorias por trabalhos publicados no CTD da CAPES.

A análise das categorias identificadas nos trabalhos (Figura 2) indica que a maior incidência se deu nas práticas docentes, que se fez presente oito vezes, com foco na forma como as professoras “planejam suas práticas com e para as crianças na expectativa de atender a demanda de uma lei federal” (VANUZITA, 2013); nas “produções de conhecimento dos docentes” (MICELI, 2017); na compreensão de “como a temática racial se tornou um dos componentes estruturantes do currículo da Educação Infantil” (OLIVEIRA, 2017); nos “desafios que as professoras de creche enfrentam no trato das questões raciais” (ALVES, 2018); na forma “como ocorre a educação das relações étnico-raciais” (SANTOS, 2018); nas “intersecções das práticas racistas e sexistas” (SANTIAGO, 2019); na identificação de fontes que “orientam as práticas educativas com foco nas relações étnico-raciais” (MEIRA, 2019); e nas “estratégias de construção e organização curricular” (FERREIRA, 2020).

O maior percentual de publicações concernentes à categoria práticas se deu nos anos de 2017 (02) e 2018 (02), período em que a atenção de estudiosos, pesquisadores e professores estava voltada para a conclusão, publicação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), ainda sem a inclusão do ensino médio.

Em segundo lugar, com três ocorrências, encontram-se as categorias interações (GAUDIO, 2013; VANUZITA, 2013; OLIVEIRA, 2015), legislação (VANUZITA, 2013; OLIVEIRA, 2015; FREITAS, 2016) e combate (OLIVEIRA, 2015; ALVES, 2018; SANTIAGO, 2019).

O que revelam as pesquisas sobre esses temas? No que tange às interações, sejam entre professores e crianças, sejam entre crianças e crianças, Gaudio (2013, p. 10) evidenciou um aspecto comum aos trabalhos aqui classificados:

[...] a presença de uma ordem institucional adulta que procura organizar o cotidiano e as ações das crianças através do controle dos espaços e tempos. Da mesma forma, as meninas e os meninos também criam uma ordem social das crianças construindo estratégias capazes de romper com as regras institucionais embasadas num conhecimento minucioso do funcionamento da instituição.

Em se tratando de legislação, foi unânime entre os pesquisadores a constatação dos limites para a implementação dos documentos normativos referentes à educação das relações étnico-raciais tanto nas instituições escolares como nos sistemas de ensino como um todo.

Relativamente à categoria combate, presente em três trabalhos, refere-se a práticas docentes que se fundamentam na legislação com vistas à superação do “racismo, e discriminações” (OLIVEIRA, 2015) e da “leitura social das imagens racialmente propagadas pela branquitude, que tomam como base a cor da pele para estabelecer princípios hierárquicos” (SANTIAGO, 2019, p. 9) e ao norteamento do “trato das questões raciais” (ALVES, 2018).

Em menor frequência de aparição foram identificadas as seguintes categorias: culturas infantis (OLIVEIRA, 2015; SANTIAGO, 2019), currículo (OLIVEIRA, 2017; FERREIRA, 2020), formação de professores (ALVES, 2018; GARCIA, 2019) e gênero (GAUDIO, 2013; FERREIRA, 2020), mencionadas duas vezes; e identidade (MOURA, 2020), acesso à creche de crianças negras (SOUZA, 2017), espaço-ambiente (SANTOS, 2018), poder (SANTOS, 2018), liderança (OLIVEIRA, 2017) e negritude (MICELI, 2017), referenciadas somente uma vez. Com efeito, o que evidenciaram as pesquisas atinentes a essas categorias “quase” ausentes do campo de interesse da comunidade acadêmica aqui aludida?

Santiago (2019, p. 9), ao abordar as culturas infantis em sua tese de doutorado, identificou:

Transgressões, resistências das crianças pequeninhas, negras e brancas, as quais tensionam as hierarquias pautadas na ordem patriarcal e racista, criando outros modos de relação com o mundo e com os outros sujeitos por meio de suas brincadeiras e relações construídas a partir de seu protagonismo enquanto sujeitos.

As pesquisas que se ocuparam do currículo indicam o esforço das investigadoras em “trazer subsídios para a construção de diretrizes e indicadores curriculares descolonizadores” (FERREIRA, 2020, p. 8) e “o compromisso da gestão em trazer para o currículo a história e cultura afro-brasileira dificultado pela precariedade da formação inicial das professoras, sobretudo, quando se trata da temática das relações étnico-raciais” (OLIVEIRA, 2017, p.7).

A associação entre o tema formação de professores e qualidade das práticas docentes tem se tornado cada vez mais consensual entre teóricos e pesquisadores (OLIVEIRA-FORMOSINHO; FORMOSINHO, 2001; ANDRADE, 2007). Paradoxalmente, mesmo com a presença majoritária da categoria práticas (08) nos trabalhos resultantes desse

levantamento, o tema formação de professores foi alvo apenas de duas publicações, que denunciam ausência de investimento público na formação das professoras que acabam por desenvolver “ações de promoção à igualdade racial, na maioria dos casos, por iniciativa das docentes que buscam materiais e formações externas com recursos próprios” (GARCIA, 2019, p. 8) e a necessidade de “mais investimento na dimensão da atuação política frente às questões raciais” (ALVES, 2018, p. 8).

No que se refere à temática gênero, Gaudio (2013, p. 12) identificou que:

[...] diferenças como cor da pele, tipo de cabelo, forma e estatura do corpo, desempenho e gênero permeiam [as relações entre as crianças] e contribuem para separação, aproximação, aceitação, proibição entre as ações efetivadas por meninas e meninos do grupo.

Ferreira (2020, p. 8), por seu turno, buscou contribuir com “a valorização da diversidade e constituição da identidade de gênero” e com a “visibilidade para as relações étnico-raciais, respeitando as infâncias e a pluralidade cultural brasileira”.

No que concerne à identidade, Moura (2020, p. 6) revelou que “a implementação das leis e dos documentos oficiais na prática escolar (relações sociais e currículo) encontra limitações graves, comprometendo o pertencimento e a identidade da criança negra e não negra”.

O desafio do acesso das crianças negras à creche parece não preocupar tanto os autores arrolados nesse levantamento, haja vista que apenas uma pesquisa tratou sobre esse tema.

Na única pesquisa que versou sobre o ambiente, a autora visualizou a possibilidade da educação institucional, a partir das marcas que torna visíveis e invisíveis, tornar-se uma potência na construção da igualdade étnico-racial longe ser efetivada na realidade brasileira (SANTOS, 2018).

Poder, liderança e negritude também figuraram apenas uma vez nos trabalhos como categoria de interesse. O poder aparece associado a uma “colonialidade que promove a invisibilidade das estéticas e epistemologias não europeias” (SANTOS, 2018, p. 208), o que acontece desde a mais tenra idade, já na creche, “a construção do estereótipo de pessoas

e/ou lugares, numa perspectiva de construção cultural e de distorção de identidades” (ALVES; ALVES ALMEIDA, 2011, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi apresentar um levantamento sobre a produção acadêmica publicada no CTD da CAPES acerca das relações étnico-raciais, em especial das DCNERER (BRASIL, 2004b) na E.I. Considerando a quantidade de pesquisas identificada nesse mapeamento e o banco de dados consultado, as publicações que compõem o corpus desse artigo evidenciam vários desafios para a academia, a legislação e as instituições de E.I. e de formação de professores.

É urgente que a pauta antirracista seja acolhida por pesquisadores, legisladores, professores e militantes pelo direito das crianças à E.I., o que demanda mais conhecimentos e experiências em relação à temática racial nos ambientes formais de educação, com foco na primeira etapa da E.B. bem como a “inclusão de epistemologias negras e indígenas nos currículos” (SILVA, 2020) e práticas pedagógicas cotidianas. Assumir a E.I. como espaço promotor de “novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica e étnico-racial” (BRASIL, 2009) e compreender a criança como sujeito ativo, que constrói a sua identidade na interação com os seus pares e com os adultos com quem convive constituem um passo fundamental para que creches e pré-escolas possam “romper com o silêncio e desvelar seus rituais pedagógicos a favor da discriminação racial” (GOMES, 2012, p.105).

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 5-20, 2008.

ALVES, Elizabeth Conceição. A Educação das Relações Étnico-Raciais na Creche: trançando as mechas da legislação federal, formação e prática das professoras. Dissertação

(Programa de Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

ALVES, Lulo Almeida; ALVES, Tainá Almeida. O perigo da história única: diálogos com Chimamanda Adichie. 2011. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

ANDRADE, R. C. de. A rotina da pré-escola na visão das professoras, das crianças e de suas famílias. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2007.

ANDRÉ, M. E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 1, n. 1, p. 41-56, 9 maio 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 13, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2004a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12760. Acesso em 12 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004b.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Figura, 1988.

CARDOSO, Ivanilda Amado; DA SILVA SANTOS, Fernanda Vieira; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Relações étnico-raciais na produção científica do PPGE/UFSCar (Ethnic-racial relations in the scientific production of PPGE/UFSCar). *Revista Eletrônica de Educação*, v. 11, n. 1, p. 68-85, 2017.

CAREGNATO, Sonia Elisa. Google Acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: Avaliação da Precisão das Buscas por Autor. *Ponto de Acesso*, v. 5, n. 3, p. 72-86, 2012.

COELHO, W. N. B.; REGIS, K. E.; SILVA, C. A. F. Lugar da educação das relações étnico-raciais nos projetos político-pedagógicos de duas escolas paraenses. *Revista Exitus*, vol. 2, Santarém, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100203&script=sci_arttext. Acesso em: 12 jun. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. *Cadernos de pesquisa*, v. 38, p. 293-303, 2008.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. *Diálogos em psicologia social*, p. 232-253, 2012.

DIAS, Lucimar Rosa; CATANANTE, Bartolina Ramalho; SILVA, Maysa Ferreira da et al. Implementação da Lei 10.639/2003. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de (org.). *Educação das relações étnico-raciais [recurso eletrônico]: o estado da arte*. - Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. Dados eletrônicos

FERREIRA, A. M. D.; OLIVEIRA, J.L.C.; Souza, V.S.; CAMILLO, N.R.S.; MEDEIROS, M, M.S.S., et al. Roteiro adaptado de análise de conteúdo - modalidade temática: relato de experiência. *J. nurs. health*. 2020;10(1): e20101001.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Solange Oliveira. *Descolonizando as propostas curriculares na educação infantil: uma análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos - SP, 2020.

FREITAS, Priscila Cristina. *Educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil: entre normativas e projetos políticos pedagógicos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

GARCIA, Vanessa Ferreira. Educação Infantil e Educação das Relações Étnico-raciais: Motivações docentes, Possibilidades e Desafios nos Centros de Educação Infantil de Sorocaba (SP). 2019. 103 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

GAUDIO, Eduarda Souza Gaudio. Relações sociais na educação infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, SC, 2013.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, 2012, p. 98-109. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MEIRA, Ludmila Costa. Relações étnico-raciais no âmbito das instituições municipais de educação infantil em Governador Valadares - MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana-MG, 2019.

MICELI, Paulina de Almeida Martins. Negritude nas práticas pedagógicas da EEI-UFRJ: estudo das relações étnico-raciais na escola de educação infantil da UFRJ. 2019. 111f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOURA, Dayse Cabral de (Org.). Educação e relações raciais em escolas públicas: o que indicam as pesquisas? Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013 (Coleção Etnicorracial).

OLIVEIRA, Alessandra Guerra da Silva. Educação das relações étnico-raciais: processos educativos decorrentes do brincar na educação infantil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos - SP, 2015.

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias. Diversidade étnico-racial no currículo da educação infantil: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia e FORMOSINHO, João (org.). Associação Criança: um contexto de formação em contexto. Braga: Livraria Minho, 2001.

PEREIRA, João Baptista Borges. Criança negra: identidade étnica e socialização. Cadernos de Pesquisa, 1987, nº. 63, p. 41-5, 1987. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/654.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTIAGO, Flavio. Eu quero ser o sol! (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche. 2019. 111f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

SANTOS, Aretusa. Educação das relações étnico-raciais na creche: o espaço-ambiente em foco. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. Cadernos de Educação, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SILVA, Bárbara Rainara Maia. Educação Infantil e Relações Étnico-Raciais: contribuições do curso de Pedagogia para a formação inicial docente. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2020.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS, Kátia, MIRANDA, Shirley Aparecida de (org.). Educação das relações étnico-raciais [recurso eletrônico]: o estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SOUZA, Edlaine Fernanda Aragon de. Relações Raciais na Creche: Desafios e perspectivas das pesquisas em educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

UNESP. Qual a diferença entre o Portal de Teses da Capes e as BDTDs do IBICT? Biblioteca: atualizada em 27/02/2013 às 11:57 - Responsável: Bruna Bacalchini, s.p. Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/#!/biblioteca/diferenca-entre-bdtd-e-capes/>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

VANZUITA, Simone et al. Relações étnico-raciais: orientações, leis e práticas nas instituições de educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.